

JORNAL DA AGRICULTURA FAMILIAR EM EVIDÊNCIA

fetaep

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO PARANÁ

EDIÇÃO 164 - JULHO / AGOSTO DE 2019



Paraná avança para se tornar livre de aftosa sem vacinação

Confira na página 4 como foi a audiência pública realizada em Curitiba, que reuniu cerca de 2 mil produtores rurais

Orlando Kissner

Reforma da Previdência traz alterações importantes para os agricultores familiares

Páginas 10 e 11

O caminho das Margaridas: do sindicato até Brasília

Página 12



Rua Piquiri, 890 | Rebouças
Curitiba - PR | 80230-140

Filiada à:



Envelopamento autorizado.
Pode ser aberto pela ETC.



EDITORIAL

O produtor em evidência

Vivemos um novo momento do sindicalismo, que precisa se reinventar constantemente. Essa fase do movimento nada tem a ver com o tradicional assistencialismo praticado por muitas entidades sindicais. Estamos empenhados em atender às expectativas e necessidades dos agricultores e agricultoras familiares, assim como às do mercado, aproximando o produtor do consumidor. A sociedade está cada vez mais consciente e exigente, buscando produtos orgânicos, com rastreabilidade, e valorizando as facilidades do mundo digital. Se o agricultor não tiver apoio e orientação para se organizar, o próprio movimento sindical se fragiliza.

É essa nova maneira de apoiar que está entre as prioridades da nova diretoria da FETAEP. A nossa gestão busca estreitar ainda mais o contato com as instâncias estaduais e federais do governo e atuar fortemente na construção de um espaço em que a agricultura familiar fique em evidência. Nosso objetivo principal é fomentar o desenvolvimento do campo.

O trabalho do movimento sindical, da federação e da confederação só é forte quando o agricultor está em lugar de destaque. Não o indivíduo, mas o coletivo, que representa a base da alimentação do Paraná e do Brasil. Para que isso aconteça, o agricultor precisa de políticas de crédito efetivas, inovação no meio rural e ferramentas para gerar mais renda, como a venda conjunta de produtos, agregando mais valor à produção.

Estamos investindo no desenvolvimento dos agricultores familiares dentro dos seus sindicatos, das suas regionais e da nossa federação, para que, cada vez mais, a qualidade de vida de todos seja preservada e o trabalho no campo seja reconhecido pela qualidade, organização e inovação. É com isto em mente que pensamos neste jornal para vocês. Porque é por meio da comunicação que alcançamos nossos objetivos conjuntos. Um trabalhador ciente do que acontece no seu estado é um trabalhador engajado, com poder para continuar em busca de seus direitos e contribuir mais com a sociedade.

Boa leitura.

MARCOS BRAMBILLA
Presidente da FETAEP



Expediente

**INFORMATIVO DA
FEDERAÇÃO DOS
TRABALHADORES NA
AGRICULTURA DO ESTADO
DO PARANÁ**

Rua Piquiri, 890 – Rebouças
Curitiba / PR
(41)3149-9200

Presidente: Marcos Brambilla
Secretário geral: Aparecido Calegari
Secretário de Finanças: José Amauri Denck
Jornalista Responsável: Aline Cambuy DRT 5746/PR – Talk Assessoria de Comunicação
Textos: Lucas Jensen
Diagramação: Marcos Tavares – Talk Assessoria de Comunicação
E-mail: imprensa@fetaep.org.br
Impressão: Gráfica Graciosa | **Tiragem:** 6 mil exemplares
Apoio: Senar-PR

ACONTECEU



Encontro mulheres rurais

Encontro das mulheres rurais do Paraná que antecedeu a Marcha das Margaridas. O evento aconteceu na sede da FETAEP, em Curitiba, e debateu os eixos da marcha e assuntos como reforma da previdência e violência contra a mulher.



Evento Políticas Agrárias

A FETAEP recebeu cerca de 100 representantes dos STRs para o evento de políticas agrícolas, que trouxe palestras sobre ITR, CCIR e Coban para capacitar os funcionários dos sindicatos e melhorar o atendimento aos agricultores familiares.



São Jorge do Ivaí recebeu as cartilhas do Pronaf

Neste último período foram entregues os ofícios e as cartilhas do Pronaf a associados, agricultores familiares e lideranças do município de São Jorge do Ivaí. Quem esteve presente na entrega foi o presidente do STR, Antonio Casagrande.



Encontro da Comissão Estadual de Finanças

Representantes dos sindicatos e regionais se reuniram na FETAEP para o Encontro da Comissão Estadual de Finanças, que abordou temas como a conjuntura atual dos MSTTRs, INSS Digital, Nota Fiscal Eletrônica e outros.



Reunião com o secretário de estado Valdemar Jorge

A diretoria da FETAEP reuniu-se com o secretário de Planejamento do Paraná, Valdemar Jorge, e discutiu sobre uma nova proposta que passa a ser construída, com iniciativa da federação, para valorizar a agricultura familiar. A reunião tratou sobre educação e o papel da alimentação nas escolas.



Evento de assalariados rurais em Jandaia do Sul

Dirigentes sindicais estiveram reunidos no município de Jandaia do Sul para discutir os rumos das entidades sindicais laborais. As discussões foram sobre a reforma trabalhista, sustentabilidade e negociação coletiva de trabalho. Estiveram presentes os presidentes dos STRs de Jandaia do Sul, Araçongas, Munhoz de Mello, Astorga e Mariluz, além do presidente da FETARP Carlos Gabiatto e o assessor jurídico da FETAEP Clodoaldo Gazola.

SENAR-PARANÁ

QUALIFICANDO E PROMOVENDO A FAMÍLIA RURAL



sistemafaep.org.br

AGOSTO 2019

CICLO DO APRENDIZADO



Diz o ditado que a vida dá voltas. Muitas vezes nos vemos retornando a um mesmo lugar, porém com um outro papel, outro objetivo. Isso nos permite verificar como este processo é cíclico, e por meio dele, nos renovamos sempre.

Esse poderia ser um resumo da experiência do jovem Dionei Silva Dapont, de Mamborê, na região Central do Estado, que desde garoto nutria o sonho de atuar no campo como médico veterinário.

Neste processo, o SENAR-PR teve papel importante. Ainda no tempo de colégio, sem saber o que esperar do futuro, Dapont encontrou o programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) do SENAR-PR. A iniciativa, que visa resgatar os vínculos do jovem com a terra e preparar para a vida profissional, foi um divisor de água na vida de Dionei. A partir dali começou a delinear mais claramente o que pretendia para sua história.

O caminho escolhido foi a medicina veterinária, aliando o antigo sonho com as perspectivas reais encontradas no programa. O diploma veio em 2018, fruto de muito esforço e dedicação. No mesmo ano surgiu o convite para ser instrutor do JAA.

Desta forma, Dapont fecha este ciclo, que iniciou como aluno, no papel de professor. Neste trajeto acumulou experiências e amizades que contribuem para que suas aulas sejam capazes de despertar nos jovens a mesma vocação que ele descobriu quando fez o JAA, anos atrás.



CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente
Após Meneguetti - FAEP

Membros Titulares
Rosanne Curt Zanatini
Wilson Thielen
Dercy Piana
Ademir Mueller

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Membros Suplentes
Nelson Costa
Ari Faria Silencourt
Claudio Rodrigues

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares
Sebastião Olímpio Santoroza

Paulo José Buzo Junior
Marcos Junior Brambila

Membros Suplentes
Ana Theresia da Costa Ribeiro
Ciro Tadeu Alcântara
Carlos Gabiatto

SUPERINTENDENTE



CAPA

Kleyton Presidente



Lideranças sindicais, técnicos e produtores rurais de todas as regiões do estado participaram da Audiência Pública Paraná Livre da Febre Aftosa sem Vacinação, realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 28 de agosto. A FETAEP mobilizou uma comitiva com mais de 400 agricultores familiares que viajaram até a capital para presenciar um momento histórico para a produção paranaense de aves, suínos, bovinos e leite.

Comitiva da FETAEP
levou mais de

400

agricultores familiares.

Livre de aftosa sem vacinação

Audiência pública em Curitiba reuniu 2 mil produtores rurais e foi um marco no esforço do Paraná para obter a certificação

Autorização do Mapa

Ainda em 2019, o Mapa deve oficializar a autorização para que a vacinação contra a febre aftosa seja suspensa em todo o estado. Com isso, automaticamente, fica proibida a entrada de animais vacinados no território paranaense – exceto os que serão encaminhados para abate imediato. Após essa oficialização, o Paraná aguarda as próximas etapas do calendário. Em maio de 2020, o estado completa um ano da última aplicação da vacina e o Mapa fará um inquérito sorológico para constatar que não há circulação viral em território paranaense.

Com essa confirmação laboratorial, a expectativa é de que em setembro de 2020 o Mapa possa solicitar à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) o reconhecimento internacional do Paraná como área livre de febre aftosa

sem vacinação. Se os parâmetros técnicos permanecerem de acordo com as exigências, a conquista do novo status será oficializada em assembleia geral da OIE, em maio de 2021. A medida antecipa em dois anos o planejamento do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA).

“Esse será o passo mais importante para a expansão da produção agropecuária, agregando valor aos nossos produtos e remunerando melhor toda a cadeia produtiva. Estamos prontos para atender aos mercados mais exigentes do mundo. E para garantir isso, a FETAEP e os seus sindicatos, juntamente com os agricultores familiares paranaenses, reafirmaram o compromisso de continuar atuantes nos conselhos de sanidade agropecuária, fazendo com que cada canto do nosso estado se empenhe nessa missão que é de todos nós”, destaca Brambilla.



“Essa audiência marca a coroação de um esforço que todo o setor vem realizando há mais de 30 anos. Caminhamos a passos firmes rumo ao novo status, sem a vacina, mas com a inteligência da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) sendo avaliada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e superando as condições de defesa sanitária do estado vizinho, Santa Catarina, que é o único estado brasileiro livre de aftosa sem vacina há 12 anos”, ressalta o presidente da FETAEP, Marcos Brambilla.



Vocação do Paraná

O deputado estadual Anibelli Neto, que propôs a audiência pública, afirmou que “esse novo status representará muito mais para a economia do Paraná do que trazer 20, 30 ou 40 empresas com isenção de ICMS. Estamos prestigiando a vocação do povo do Paraná”.

O reposicionamento sanitário do Paraná também foi defendido por autoridades como o secretário-chefe da Casa Civil, Guto Silva; o primeiro-secretário da Assembleia, deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB); o presidente da Federação de Agricultura do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette; o diretor-presidente da Agência de Defesa de Agropecuária do Paraná (Adapar), Otamir Cesar Martins; o diretor-presidente do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão

Rural (Emater), Natalino Avance de Souza; o presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), José Roberto Ricken; e o diretor da Sociedade Rural do Paraná, Moacir Norberto Sgarioni.

A solenidade contou ainda com a participação dos deputados Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Marcel Micheletto (PL), Emerson Bacil (PSL), Tercílio Turini (PPS), Nelson Luersen (PDT), Hussein Bakri (PSD), Reichembach (PSC), Jonas Guimarães (PSB), Cristina Silvestri (PPS), Evandro Araújo (PSC), Elio Rusch (DEM), Professor Lemos (PT), Coronel Lee (PSL), Tiago Amaral (PSB), Do Carmo (PSL), Márcio Pacheco (PDT), Alexandre Curi (PSB), Delegado Fernando Martins (PSL), Homero Marchese (PROS), Dr. Batista (PMN), Galo (PODE) e Soldado Adriano José (PV).



Governo do PR anuncia concurso

Durante a audiência pública, o governo do Paraná anunciou que abrirá concurso público para a contratação de 30 médicos veterinários e 50 técnicos agrícolas. A contratação dos profissionais é um dos requisitos para que o Paraná possa solicitar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o reconhecimento nacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. O anúncio foi feito pelo secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, que informou que o governador Carlos Massa Junior já assinou a autorização para realização do concurso público.

Outra medida obrigatória é a construção e reforma de alguns postos de fiscalização animal em divisas do Paraná com outros estados. Hoje o Paraná tem 33 Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA) nas divisas com Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O posto em Campina Grande do Sul, na BR-116, está em fase de conclusão.

“Conjuntamente estamos construindo esse novo caminho. Zeramos essa enfermidade no Paraná e agora vamos parar de gastar dinheiro com vacina contra uma doença que não existe mais aqui. Temos competência técnica, estratégia e investimentos para agir com inteligência. O mundo acredita na nossa capacidade e devemos aproveitar essa oportunidade para evoluir e nos reposicionar, abrindo novos mercados”, concluiu o secretário de Agricultura e Abastecimento (SEAB).



“Esse será o passo mais importante para a expansão da produção agropecuária, agregando valor aos nossos produtos e remunerando melhor toda a cadeia produtiva.”

Marcos Brambilla, presidente da FETAEP



R\$ **30**
milhões

é a economia direta
estimada, sem os gastos
com vacinação.

CAPA

Economia e novos mercados

A estimativa é de que o status de área livre de aftosa gere aos produtores paranaenses uma economia de cerca de R\$ 30 milhões, equivalente a gastos com vacinação. Além disso, a chancela concedida pela OIE possibilitará ampliar o comércio mundial de carnes, acessando mercados que têm restrições ao rebanho vacinado.

De acordo com a SEAB, o novo status pode permitir ao Paraná dobrar as exportações de carne suína, das atuais 107 mil toneladas para 200 mil toneladas por ano. Isso já pode acontecer caso os produtores locais conquistem 2% do mercado potencial, liderado por Japão, México e Coreia do Sul, que pagam mais pelo produto com procedência sanitária.

Lucas Jensen



Segundo dados do Sistema Ocepar, as três principais cadeias de proteína animal (bovina, suína e ave) têm um peso significativo na economia paranaense. Em 2018, o Valor Bruto de Produção (VBP) do frango atingiu mais de R\$ 14 bilhões, valor que representa 16% do faturamento da produção agropecuária do Paraná, de acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral). No mesmo ano, a suinocultura representou mais de R\$ 3 bilhões, enquanto a bovinocultura chegou a outros R\$ 3 bilhões – ou seja, ambas as cadeias representam 4% do VBP.

Fronteira sanitária

A partir do momento em que o Mapa oficializar a suspensão da vacina contra a febre aftosa, fica proibida a entrada de animais vacinados no território paranaense – exceto os que serão encaminhados para abate imediato. Os 33 Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário funcionarão como barreiras sanitárias e farão a abordagem e vistoria de todos os caminhões que transportem animais ou subprodutos de origem animal.

Os cinco postos federais da Adapar também atuarão para garantir esse controle, em parceria com as Polícias Rodoviárias Federal (PRF) e Estadual (PRE), que estão autorizadas a parar veículos que transportem cargas animais em todas as estradas do Paraná, cobrando que os motoristas comprovem que passaram por um dos postos de fiscalização.

“A sanidade é um patrimônio da agropecuária paranaense e estamos preparados, com 100% das fronteiras fechadas”, garantiu o diretor-presidente da Adapar, Otamir Cesar Martins.



“O novo status melhora a venda para o agricultor, para o município e para o estado também”

Flávio Back,
presidente do STR de Santa Helena.

Separação do bloco

O Brasil é dividido em cinco blocos regionais para a retirada gradual da vacina. O Paraná integra o Bloco V, com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina (que já é área livre de febre aftosa sem vacinação), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse bloco, de acordo com o cronograma estabelecido pelo PNEFA, só se tornaria livre da vacinação em 2023. Porém, o Paraná reuniu condições de obter o reconhecimento antes. Por isso reivindica seguir de forma independente do bloco. A medida visa proteger o estado, fazendo com que ele não seja prejudicado caso, em uma eventualidade, focos da doença apareçam em outras localidades.

O caminho até o status livre sem vacinação

A última campanha de vacinação aconteceu em maio deste ano, em animais de 0 a 24 meses. O índice de cobertura de 99% foi o melhor dos últimos anos. No ano passado, o Paraná foi considerado o mais eficiente do Brasil na promoção da sanidade, superando o estado de Santa Catarina.

Para conscientizar as entidades do setor sobre a importância desse reconhecimento foram idealizados seis Fóruns Regionais que discutiram as mudanças no sistema de vigilância para febre aftosa após a suspensão das vacinas.

Ao longo do mês de maio, participaram dos encontros produtores, estudantes, técnicos e representantes do poder público em seis municípios: Paranavaí, Cornélio Procópio, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel e Curitiba.

Assessoria de Imprensa/Prefeitura de Pato Branco

A programação dos encontros incluiu palestras de Rafael Gonçalves Dias, gerente de saúde animal da Adapar, com o tema “Saiba o que muda após a suspensão da vacina contra febre aftosa”, e de Elias José Zydek, diretor executivo da Frimesa, sobre o tema “Por que o Paraná deve parar de vacinar?”.



Milhares de pessoas compareceram às reuniões, entre pecuaristas, dirigentes do setor agropecuário, representantes políticos e de entidades de classe, representantes das instituições de ensino, estudantes, técnicos de empresas de planejamento e trabalhadores do setor agropecuário.

O suinocultor Flávio Back, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santa Helena, conta por que participou das mobilizações. “Esse movimento tem uma importância muito grande. Nós, representantes da categoria do produtor rural e do agricultor familiar, pedimos mudanças há muito tempo. O novo status melhora a venda para o agricultor, para o município e para o estado também. A minha regional do oeste participou em Cascavel e agora nesta mobilização na Assembleia Legislativa do Paraná.”

De acordo com ele, é um desejo dos produtores que o status livre de aftosa sem vacinação seja alcançado o mais breve possível. “O Paraná vem crescendo e ampliando muito a produção e queremos que nosso agricultor se estabeleça e tenha mais renda lá para a frente. Temos consciência de que é nosso dever cuidar da sanidade. Cuide bem da sua propriedade, que assim todo mundo ganha: nós, os municípios, o estado e o país”, completa.

Orlando Kissner



PARCERIA



EMATER: Natalino Avance de Souza, Hernani Alves da Silva e Nelson Harger
FETAEP: Marcos Brambilla, Aparecido Calegari, José Amauri Denck, Carlos Gabiatto e Benedito Luiz Almeida.

FETAEP e EMATER afinam parceria com ações para o desenvolvimento empreendedor do trabalho no campo

A diretoria da FETAEP recebeu em sua sede os diretores da Emater para tratar de parcerias como o relacionamento institucional, convênios, crédito rural, Coban e questões da área leiteira. Com o objetivo de aplicar ações empreendedoras no campo, essa parceria deve ser aprimorada constantemente por meio de um plano de trabalho que reflita o compromisso com as famílias produtoras e suas organizações, assim como os compromissos da FETAEP com diferentes segmentos da sociedade.

As ações que serão desenvolvidas em conjunto estão sendo fundamentadas em trabalhos gradativamente amadurecidos nas Mesorregiões do Estado e nas Regionais Sindicais, que já têm suas demandas bem delineadas.

O presidente da Emater, Natalino Avance de Souza, reforça a importância dessas ações empreendedoras em conjunto e afirma que "a sociedade paranaense tem comportamento semelhante às sociedades de países desenvolvidos no que se refere à variedade e qualidade". Neste contexto, as instituições públicas e privadas, compromissadas com o desenvolvimento rural do Paraná, se fortalecem quando atuam em parceria para que projetos sejam implementados junto aos agricultores.

Marcos Júnior Brambilla, presidente da FETAEP, destaca que "a federação está assumindo compromissos importantes com diferentes segmentos da sociedade", e completa: "Por esse motivo é essencial apresentar os frutos destes compromissos, que são bons projetos para os agricultores e suas famílias".

Entre as ações elencadas pelos agricultores por meio de seus sindicatos, está o crédito rural, que não pode estar dissociado dos grupos de agricultores assistidos. Os projetos de custeio e investimento terão resultados muito melhores quando forem realizadas ações conjuntas de assistência técnica para grupos de agricultores, como é o caso de grupos de produtores de leite vinculados à merenda escolar.

Esta situação deverá ser apresentada ao Banco do Brasil para, em conjunto, buscar melhores estratégias para a aplicação dos recursos do crédito rural no Paraná.

PRONAF



Linha de crédito habitacional é conquista do PRONAF deste ano

Desde 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) vem proporcionando o desenvolvimento por meio do financiamento de serviços agropecuários e não agropecuários. Para este ano de 2019/2020, o PRONAF prevê mais de R\$ 30 bilhões de crédito para os trabalhadores custearem e investirem em suas propriedades.

Os agricultores que podem acessar o programa são todos aqueles que têm a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é gratuita e tem validade de 2 anos. A DAP é a principal forma de identificação do agricultor familiar e dá acesso a diversos benefícios e modalidades de crédito. Todos que comprovarem o enquadramento no programa mediante apresentação da DAP são beneficiários do PRONAF, como o agricultor familiar, aquilcultores, silvicultores, quilombolas, entre outros.

Casas rurais

A grande conquista deste ano foi a linha de crédito para a construção ou reforma de casas rurais, que, há bastante tempo era uma das reivindicações da FETAEP. O crédito voltado para a habitação rural é uma importante ferramenta para que o agricultor possa melhorar ainda mais a sua propriedade e aumentar o conforto para toda a família.

"Muitas vezes, nos outros anos, o trabalhador realizava melhorias no barracão ou na produção e continuava morando em uma casa que não atendia às necessidades da sua família. Com essa conquista, ele terá muito mais vontade de crescer, saúde para trabalhar e qualidade de vida para desfrutar do resultado do seu esforço", afirma Ana Paula Conter Lara, da Secretaria de Política Agrícola da FETAEP.

Cobertas pelo PRONAF Investimento, a construção ou reforma de moradias no imóvel rural de propriedade são limitadas a R\$ 50 mil e com carência de até 3 anos. O crédito tem prazo de 10 anos, com juros de 4,6% ao ano.

Concedido mediante apresentação de projeto técnico com viabilidade econômica, o recurso deve se destinar ao imóvel de propriedade do beneficiário ou de terceiros que constem na DAP da unidade familiar. Os interessados podem se informar melhor por meio da Cartilha do PRONAF fornecida pela FETAEP ou pelos seus STRs.

R\$ **50**
mil

É o valor máximo que pode ser obtido pelo agricultor familiar para investir em imóvel rural de sua propriedade, seja na construção ou reforma, e tem carência de até três anos para pagamento.



"A sociedade paranaense tem comportamento semelhante às sociedades de países desenvolvidos",

Natalino Avance de Souza.



MOBILIZAÇÃO

O caminho das Margaridas: do sindicato até Brasília

Durante quatro anos, trabalhadoras e trabalhadores de todas as regiões do estado se prepararam para reivindicar seus direitos na capital do Brasil



Mulheres do campo, das florestas e das águas reunidas em Brasília

Brasília recebeu nos últimos dias 13 e 14 de agosto a 6ª Marcha das Margaridas. A passeata reuniu mulheres do campo, da floresta e das águas, que participaram de atividades culturais e políticas no primeiro dia para anunciar a chegada da passeata na Esplanada dos Ministérios no segundo dia.

O evento deste ano teve uma diferença em relação aos anteriores. Nesta edição as mulheres trouxeram uma plataforma política em vez de uma pauta. Esse documento foi produzido desde o final da última marcha, em 2015, e elaborado a partir de diálogos e debates com as bases regionais, e reafirma a defesa de temas como as práticas ecológicas, educação, saúde, combate à violência de gênero, entre outros, reunidos em 10 eixos políticos.

Mais do que uma homenagem à líder sindical paraibana Margarida Alves, as mais de 400 trabalhadoras rurais do Paraná, levadas até a Marcha pelos esforços dos sindicatos, das regionais e da FETAEP, lutaram por seus direitos junto com a multidão de 100 mil brasileiras e representantes de outras 26 nacionalidades.



Seis cadernos contêm os dez eixos políticos da marcha de 2019.

OS EIXOS

10 eixos nortearam as reivindicações da Marcha

- Por Democracia com Igualdade e Fortalecimento da Participação Política das Mulheres
- Pela Autodeterminação dos Povos, com Soberania Alimentar e Energética
- Pela Proteção e Conservação da Sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns
- Por Autonomia Econômica, Trabalho e Renda
- Por Terra, Água e Agroecologia
- Por uma Vida Livre de Todas as Formas de Violência, sem Racismo e sem Sexismo
- Pela Autonomia e Liberdade das Mulheres sobre o seu corpo e sua Sexualidade
- Por Saúde Pública e em Defesa do SUS
- Por Previdência e Assistência Social Pública, Universal e Solidária
- Por uma Educação não Sexista e Antirracista e pelo Direito à Educação do Campo

Participação ativa das regiões do PR

As secretarias das mulheres das 10 regionais paraenses estiveram ocupadas ao longo dos últimos quatro anos para levar as suas contribuições para a construção dos eixos da marcha. Os encontros que precederam a marcha reuniram as mulheres para explicar a importância do movimento e o que está sendo reivindicado. Além disso, toda a parte logística foi trabalhada com cada regional para que tudo ocorresse da melhor forma possível em Brasília.

A agricultora familiar e líder sindical, Eliza Zimpel, encabeçou a lista de 54 pessoas da regional do oeste paraense que foram até Brasília "No dia seguinte da marcha já começa outra e temos que avaliar os pontos positivos e negativos para sempre fortalecer e melhorar. Temos que nos preparar mais e nos envolver mais", diz Eliza.



A regional centro-sul compareceu à marcha com a agricultora familiar e líder sindical, Adenilda Korchak, e mais 51 participantes. O encontro preparatório contou com a presença de 400 mulheres e todos os 14 municípios. "Podemos afirmar que todas que foram para a marcha estavam muito bem preparadas. É muito importante a formação na base porque elas sabiam o que estavam reivindicando", completa Adenilda.



AGRIMINAS

FETAEP visita a AgriMinas na sua 13.^a edição



Diretoria da FETAEP troca informações com o presidente da FETAEMG, Vilson Luiz da Silva.

Com cerca de 600 expositores e 100 mil visitantes em cinco dias de evento, a 13.^a edição da Feira de Agricultura Familiar de Minas Gerais (AgriMinas) aconteceu nos últimos dias 7 a 11 de agosto.

Com a presença da diretoria da FETAEP, o presidente Marcos Brambilla se reuniu com Vilson Luiz da Silva, presidente da FETAEMG e deputado federal, para discutir a importância do evento para a valorização dos agricultores familiares e como forma de fortalecer o STR.

Com o tema "Visite o campo sem sair da cidade", a feira traz o foco também para um ponto importante que é o aumento da visibilidade do trabalhador. "Para os produtores é uma excelente vitrine para divulgar o trabalho, inclusive para públicos que normalmente não seriam atingidos", afirma Aparecido Calegari, secretário geral da FETAEP.

Já do ponto de vista financeiro, um aspecto que garante a procedência e profissionalismo dos expositores é certificação dos produtos, que "agrega valor ao trabalho dos produtores e dá mais segurança para quem está comprando, uma vez que o produto já passou por um controle de qualidade", ressalta José Amauri Denck, secretário de finanças da FETAEP.

Essa participação da federação, além de prestigiar o trabalhador e a federação organizadora, visa a adquirir experiência para concretizar o objetivo de realizar uma feira nos mesmos moldes no Paraná, organizada pela FETAEP, e assim dar mais oportunidades para o agricultor familiar, fortalecer o movimento sindical no estado e alimentar a visão de cooperativismo e associação.

“Para os produtores a feira é uma excelente vitrine para divulgar o trabalho, inclusive para públicos que normalmente não seriam atingidos.”

Aparecido Calegari, secretário geral da FETAEP.

Mel Jequitinhonha

Um dos exemplos de sucesso encontrados na AgriMinas é o do Mel Jequitinhonha, uma cooperativa de apicultores localizada no vale de mesmo nome. A cooperativa foi fundada em 2008 para fortalecer a atividade apícola organizada da regional.

Registrados no Sistema de Inspeção Federal (SIF), os produtores destacam a importância do mel para uma alimentação saudável e suas propriedades nutricionais. O objetivo da cooperativa é ser referência no processamento e distribuição do mel.

Um detalhe que se destacou foi o fornecimento de sachês do produto para a alimentação escolar. Envasado desta forma, o mel é bem mais aceito pelos alunos, além de facilitar o consumo e distribuição. Fica a dica para nós do Paraná.





3 pilares

compõem a Seguridade Social: a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde Pública. É a diversidade de fontes de financiamento que garante o pagamento dos benefícios previdenciários.

PREVIDÊNCIA

Direitos do campo na Reforma da Previdência

Alterações importantes para os agricultores familiares estão contempladas no texto da PEC graças à mobilização de trabalhadores e trabalhadoras rurais

A Câmara dos Deputados concluiu no dia 7 de agosto a aprovação da reforma da Previdência em dois turnos. O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 incorporou propostas complementares que fazem parte das demandas dos trabalhadores rurais e agricultores familiares. O relatório da Reforma da Previdência seguiu para a análise dos senadores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A previsão da votação do parecer da comissão, em segundo turno, no Plenário do Senado Federal, é na primeira quinzena de outubro.

“A FETAEP, juntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), discutiu incansavelmente os impactos da reforma da Previdência. Esse movimento mobilizou trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o Paraná e o resultado desse esforço coletivo foi a revisão de alguns pontos importantes da reforma, que retirava direitos garantidos pela Constituição de 1988. Essa é mais uma conquista do setor e mostra que não estamos buscando privilégios, mas sim os nossos direitos”, ressalta o presidente da federação, Marcos Brambilla.

A FETAEP atuou estrategicamente junto aos seus parceiros e aos agricultores familiares para intensificar a mobilização e a pressão sobre o Congresso Nacional com o objetivo de preservar os direitos já conquistados dos trabalhadores rurais. A Federação reafirma o compromisso de continuar lutando para que a reforma não prejudique os direitos da nossa categoria. “Vamos continuar acompanhando e monitorando a discussão da reforma no Congresso Nacional.”

Se a reforma da Previdência Social é necessária, o foco deve ser o combate aos privilégios e às desigualdades. “Queremos uma previdência pública que abranja toda a sociedade, tanto do setor privado quanto do setor público”, declara o assessor jurídico da Federação, Clodoaldo Gazola.

Os rurais não são privilegiados, são agricultores familiares e assalariados que começam a tra-



balhar muito cedo, enfrentam todo tipo de trabalho, sendo muitas vezes penoso, insalubre e sujeito às intempéries climáticas. Ainda enfrentam um grande mal, a informalidade no campo. Os agricultores familiares trabalham com sua família em regime de economia familiar. Exercem uma atividade essencial para a população, pois produzem alimentos.

O assessor jurídico da Federação, Clodoaldo Gazola, comenta as mudanças mais importantes da reforma para os agricultores familiares:

Idade

A proposta original exigia idade igual a 60 anos para trabalhadores e trabalhadoras rurais para garantir a aposentadoria. Com a mudança, foi mantida a idade da aposentadoria rural aos 55 e 60 anos respectivamente, para mulheres e homens. A categoria lutou por essa conquista, pois o trabalho no campo, além de penoso, inicia-se antes dos 15 anos de idade.

De acordo com o IBGE, 78,2% dos homens e 70,2% das mulheres começam a exercer a atividade rural com idade precoce, inferior a 15 anos. Isso



significa que a mulher rural trabalha, em média, 41 anos e o homem 46 anos, para alcançar o direito à aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo. Também predomina na área rural o trabalho penoso cuja característica é o esforço físico intenso, que reduz a capacidade de trabalho precocemente e a expectativa de vida.

De acordo com os dados do Anuário Estatístico



Clodoaldo Gazola explica as implicações da reforma em evento de mulheres da FETAEP.



“Essa é mais uma conquista do setor e mostra que não estamos buscando privilégios, mas sim os nossos direitos.”

Marcos Brambilla, presidente da FETAEP.

da Previdência Social, os trabalhadores rurais aposentados vivem menos que os trabalhadores urbanos aposentados, especialmente a mulheres rurais, que vivem cinco anos a menos.

Por isso, a FETAEP não considera correto, nem justo, aumentar a idade de aposentadoria das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Se isso ocorrer, muitos provavelmente não conseguirão alcançar, ao longo de sua vida laboral, o direito à aposentadoria, e não se sentirão atraídos, especialmente os jovens, a manter-se residindo e trabalhando no campo para produzir alimentos.

Capitalização

A principal mudança na arrecadação de fundos de previdência proposta pelo ministro da Economia Paulo Guedes foi a capitalização. O

modelo, adotado no Chile na década de 1980, significa a criação de uma espécie de poupança que o trabalhador faz para garantir a aposentadoria no futuro. Com ela, o dinheiro de contribuição dos trabalhadores é investido individualmente. Na prática, a substituição do modelo atual, de repartição, representaria a ruptura com a ideia de “trabalhar para pagar a aposentadoria dos outros”, trazendo outras questões, como as condições (ou não) de muitos brasileiros pouparem. Apenas os novos contribuintes seriam obrigados a se enquadrarem no modelo.

O problema da capitalização é que o contribuinte não consegue ter certeza de quanto vai receber lá na frente; não há um valor fixo, como é a aposentadoria hoje. O que aconteceu no Chile foi que, no final, o fundo não rendeu o que era esperado quando foi lançado e agora a população recebe um valor incapaz de prover o sustento.

A FETAEP considera esse tipo de regime excludente, pois os pequenos agricultores não conseguiriam contribuir para garantir uma aposentadoria digna. Essa questão foi retirada do texto da PEC 06/2019.

Contribuição por grupo familiar

O texto da reforma previa a instituição de uma contribuição anual fixada, inicialmente, em R\$ 600 por grupo familiar de agricultor rural. Desde a Lei Complementar nº 11/71 e mesmo após a Constituição de 1988, os trabalhadores rurais que exercem a atividade agropecuária por conta própria têm acesso à proteção previdenciária mediante a comprovação do trabalho rural, e participam do custeio mediante a aplicação de uma alíquota de 1,5% incidente sobre a venda da produção rural. Portanto, essa medida não tinha fundamento e iria onerar ainda mais os agricultores familiares.

Desconstitucionalização

A nossa Constituição trazia já no seu preâmbulo o objetivo de formar um Estado Democrático e Social de Direito para além da concepção apenas política. Ela criou uma estrutura jurídica para garantir a efetividade de direitos que possibilitem o Estado de bem-estar social, visando a liberdade, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como o bem de todos. Para isso foi instituída a Seguridade Social, um complexo conjunto de medidas presentes na Constituição entre os artigos 194/240, a fim de amparar as populações em situações de vulnerabilidade quando do desemprego, doença, desamparo e velhice.

A Seguridade Social é composta de três pilares: a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde Pública. Ela é financiada por diversas fontes de contribuição (contribuição dos empregadores e dos trabalhadores, contribuição sobre a venda da produção rural, contribuição sobre o faturamento e o lucro líquido das empresas, contribuição sobre jogos lotéricos, entre outros).

É essa diversidade de fontes de financiamento que garante o pagamento dos benefícios previdenciários. Por isso, é equivocado falar que os benefícios rurais provocam déficit na Previdência Social. A Seguridade Social historicamente vem tendo um saldo financeiro superavitário e não deficitário. De acordo com a ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social), os superávits dos últimos três anos foram: em 2013, R\$ 76,2 bilhões; em 2014, R\$ 53,8 bilhões; em 2015, R\$ 23,9 bilhões.

O texto da PEC 06/2019 possibilitava alteração de regras previdenciárias, do sistema de proteção da rede social, critérios para pensões, aposentadorias e até formas de correção sem a necessidade de aprovação de emendas constitucionais e sim por meio de leis complementares e ordinárias, que são mais facilmente aprovadas atendendo interesses menores e circunstanciais do governo de plantão. Conseguimos combater essa questão com a mobilização e garantir que os principais pontos permanecessem na Constituição.

**55
anos**

é a idade da aposentadoria para as trabalhadoras rurais. Os homens podem se aposentar aos 60 anos. Predomina na área rural o trabalho penoso, que reduz a capacidade de trabalho precocemente.



SEGURANÇA ALIMENTAR

Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional discute propostas

Com o tema “Comida no Campo e na Cidade: o que temos e o que queremos?”, a 5.ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional aconteceu em Curitiba nos dias 5 e 6 de agosto, reunindo cerca de 300 representantes de vários segmentos da sociedade.

Os anfitriões Roseli Pittner, Presidente do CONSEA/PR, e Norberto Ortigara, secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, receberam, entre outros, representantes da CEASA, Amapar, Ministério Público, CONAB, Secretaria de Justiça e Trabalho, secretaria de Segurança Alimentar do Paraná e a FETAEP, representada pelo presidente Marcos Brambilla.

As conferências servem para formar e aprofundar conceitos, avaliar a implementação da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e elaborar propostas para pautar as políticas públicas. O lema deste ano foi construído pelo CONSEA para auxiliar na contribuição para a construção de um balanço participativo da condição da segurança alimentar do Paraná. Até o final de 2018, 122 municípios paranaenses já tinham aderido ao Sisan, respondendo por 35,88% do número total no Brasil.



Cerca de 300 representantes de diversos segmentos da sociedade estiveram reunidos

HABITAÇÃO



Dez famílias recebem casas em São Jorge do Patrocínio

São Jorge do Patrocínio recebeu, no último dia 8 de julho, novas casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A entrega beneficiou dez famílias e foi organizada pelo presidente do STR, Egídio Facci. O evento contou com a presença do presidente da federação e do gerente da agência local do Banco do Brasil.

Em 2015 e 2016 foram contratados 15 empreendimentos habitacionais tendo a FETAEP como entidade organizadora e o Banco do Brasil como agente

financeiro, pelo PNHR. A remessa que envolvia a cidade de São Jorge do Patrocínio sofreu diversos problemas para ser entregue, mas por meio da mobilização junto à CONTAG e à Superintendência do Banco do Brasil no Paraná conseguiu ser formalizada.

Nos dias 22 e 23 de agosto foi a entrega dos últimos empreendimentos dessa remessa de contratações pela FETAEP: Goloxim (8 casas), Laranjeiras do Sul (10 casas) e Boa Ventura de São Roque (10 casas).

Diretoria da FETAEP prestigia a entrega das habitações juntamente com o presidente do STR, Egídio Facci